

Ser negra é tornar-se: uma análise da trajetória de Elza Lopes representada em reportagem do site *ContilNet Notícias*¹

Jaine Araújo da Silva²

Francielle Maria Modesto Mendes³

Resumo: O artigo estuda as facetas do racismo na trajetória de Elza Lopes, mulher negra cujas vivências foram representadas na reportagem “*No Acre, onde mais de 70% da população é negra, reconhecer – e abraçar – a própria negritude tornou-se ato de resistência*”, publicada no site riobranquense *ContilNet Notícias* em 27 de novembro de 2018. O texto jornalístico é estudado a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 2016 [1977]). Para tanto, foram elaboradas as categorias “racismo” (que abriga as subcategorias “racismo institucional” e “racismo estrutural”) e “identidade racial negra” (que inclui as subcategorias “negação/rejeição”, “amenização” e “aceitação”). O embasamento teórico da análise é composto pelas ideias de Moraes (2019), Almeida (2018), Collins (2019), entre outros.

Palavras-chave: ContilNet Notícias. Elza Lopes. Jornalismo. Mulher negra.

1 Introdução

Este artigo tem como objetivo estudar as diferentes facetas do racismo na trajetória de Elza Lopes, mulher negra cujas vivências foram representadas em matéria do site riobranquense *ContilNet Notícias*. A fonte foi ouvida para a escrita da reportagem “*No Acre, onde mais de 70% da população é negra, reconhecer – e abraçar – a própria negritude tornou-se ato de resistência*”, assinada por Astorige Carneiro e Márcia Parfan e publicada dia 27 de novembro de 2018.

¹ Artigo apresentado ao Grupo de Trabalho GT5 – Mídias Contemporâneas e práticas socioculturais – do XVI Encontro de Pesquisadores em Comunicação e Cultura, realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba, Universidade de Sorocaba – Uniso – Sorocaba, SP, 26 setembro de 2022.

² Jornalista e mestra em Letras: Linguagem e Identidade (Universidade Federal do Acre). E-mail: araujojaine7@gmail.com.

³ Orientadora do trabalho. Doutora em História Social (Universidade de São Paulo). Professora do Curso de graduação em Jornalismo, do Mestrado Profissional em História e do Programa de Pós-Graduação em Letras (Universidade Federal do Acre). E-mail: franciellemodesto@gmail.com.

O texto compõe o *corpus* estudado na dissertação de mestrado “Aquela preta era eu: representações sobre mulheres negras em matérias dos sites ContilNet Notícias e G1 Acre”. Os doze textos analisados foram coletados a partir de buscas pelas palavras-chave “mulher negra” e “mulheres negras” nos sites *ContilNet Notícias* e *G1 Acre*. As matérias foram organizadas em dois grupos de acordo com os subtemas “Corpo e cabelo” e “Racismo e injúria racial”. O texto que é objeto do presente artigo integrava o segundo subtema.

Infere-se que a reportagem aqui estudada tenha sido escrita a partir de uma parceria entre o site *ContilNet Notícias* e a assessoria de comunicação do Ministério Público do Estado do Acre. Dois indícios que nos levam a essa hipótese são: a frase “Com informações da assessoria de comunicação do MPAC”, escrita ao final do texto, e a sub-retranca “Tolerância e democracia”, que aborda exclusivamente ações do Ministério Público do Acre, semelhantemente a um *release* (SILVA, 2022).

Além dos três parágrafos iniciais, em que apresenta dados do Atlas da Violência 2018, o texto é composto por seis sub-retrancas: “Problema dos negros”, “Falha coletiva”, “Aquela preta era eu”, “Resgate da juventude negra”, “Tolerância e democracia e “Meu lugar no mundo é de resistência”. Nelas, diferentes fontes são consultadas e ouvidas, entre as quais está Elza Lopes. Conforme o texto, à época, a fonte era gestora da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Seadpir) da cidade de Rio Branco, capital do Acre.

A reportagem será estudada a partir de uma análise de conteúdo, nos termos de Laurence Bardin (2016 [1977]), observando duas categorias: “racismo” (que abriga as subcategorias “racismo institucional” e “racismo estrutural”) e “identidade racial negra” (que inclui as subcategorias “negação/rejeição”, “amenização” e “aceitação”). Para discutir as questões apresentadas, nos apoiamos nas elaborações teóricas de Fabiana Moraes, Silvio Almeida, Patricia Hill Collins, entre outros.

2 Contradições e potencialidades do jornalismo

Para Fabiana Moraes e Marcia Veiga da Silva (2019), a ideia de “apenas relatar os fatos” fez com que o jornalismo não abordasse temáticas relativas a parcelas significativas da sociedade de modo complexo e satisfatório em termos de consistência. As autoras apontam a racionalidade moderna, relacionada ao iluminismo e ao

positivismo, como a base para a episteme que dá forma ao jornalismo e, de forma mais ampla, à sociedade.

Nessa direção, as autoras compreendem como inevitável uma mudança no paradigma adotado pelo jornalismo em sua produção de conhecimento social, tendo em vista seu papel enquanto um campo de poder e de saber. Para a guinada epistemológica que propõem para o jornalismo, as estudiosas apontam a subjetividade, entendida como atributo feminino que ocupa a base na hierarquia do jornalismo — e todos os elementos a ela relacionados, a exemplo da emoção, do corpo e das visões de mundo dos sujeitos-profissionais — como caminho.

A objetividade é entendida redações afora como absoluta e apartada de subjetividade. Isso impede que as/os profissionais sejam capazes de ter uma visão crítica com relação ao próprio trabalho. Com o jornalismo de subjetividade, explicam as autoras, é possível subverter os modos de objetivação jornalística e implodir o racismo e sexismo epistêmicos que os fundamentam. Subjetividade e objetividade, nesse sentido, complementam-se em vez de se excluírem mutuamente.

Moraes (2018) aponta como características do jornalismo de subjetividade o questionamento de enquadramentos pautados em visões que exotificam o “Outro”, que se interessam exclusivamente pelo extraordinário; o questionamento dos valores-notícia que guiam o jornalismo; a desestabilização de representações preconceituosas ou estereotipadas sobre determinados grupos, lugares e/ou sujeitos; a necessidade de posicionar-se e assumir o caráter ativista do jornalismo como ganho e não como perda. Nesse sentido,

Informar não é suficiente; é preciso humanizar as histórias, representar sentimentos e emoções, e, principalmente, construir conteúdos que as apresentem como vinculadas às dinâmicas sociais. É necessário, enfim, apresentar leituras plurais e complexas sobre as realidades sociais. Desse modo, a ida a campo, a realização da apuração em si, do contato com a/o “Outra/o” adquire muita importância, pois é nesse encontro que a/o jornalista se abre às possibilidades, deixando de lado as amarras ao pré-dado. (SILVA, 2022, p. 62).

Na reportagem aqui estudada, nota-se um esforço na direção de demonstrar as diferentes facetas do racismo e suas implicações em diferentes fases da vida das fontes. No entanto, por uma questão de espaço, decidimos focar exclusivamente nas falas da fonte Elza Lopes, para entender como o racismo retardou inclusive sua autoidentificação

racial. Pensar sobre como o jornalismo representa determinados grupos sociais, em especial aqueles subordinados por sistemas de dominação a exemplo do racismo e do sexismo (caso de mulheres negras), é necessário porque o jornalismo é ator central na produção de sentidos partilhados socialmente. Como nos lembra Marcia Veiga da Silva (2014), a mídia, como instância pedagógica e cultural, está constantemente nos lembrando dos modos desejáveis de ser e existir.

3 Aspectos metodológicos: a análise de conteúdo

A análise de conteúdo é definida por Laurence Bardin (2016 [1977]) como um conjunto de técnicas utilizadas para a obtenção de indicadores que possibilitem a inferência de conhecimentos relacionados às condições de produção e recepção das mensagens cujo conteúdo é analisado. A inferência — capacidade de dedução utilizada, por exemplo, para identificar intenções de discursos de propagandas ou evidenciar opiniões e posições conscientes ou não de indivíduos com base em enunciados — é uma das principais características da análise de conteúdo.

Em termos práticos, a análise de conteúdo é organizada em três momentos: a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. As etapas da análise de conteúdo localizam-se no decorrer desses pontos cronológicos. São elas: 1) organização da análise; 2) codificação; 3) categorização; 4) inferência; e 5) tratamento informático — etapa nem sempre necessária (BARDIN, 2016 [1977]).

A organização da análise inclui a “leitura flutuante”, que é o primeiro contato com os textos passíveis de análise; a definição do *corpus*; a elaboração de hipóteses e objetivos do trabalho; e a definição dos indicadores que servirão de base para a análise do *corpus*. A codificação é o momento em que se definem as unidades de registro, base para a categorização. As unidades de registro podem ser palavras, objetos, acontecimentos, documentos, temas ou personagens e estão inseridas em unidades de contexto, que são partes maiores do texto que ajudam a situar os sentidos atribuídos naquele contexto à unidade de registro. Bardin (2016 [1977]) explica que o parágrafo pode ser a unidade de contexto para o tema, enquanto a frase pode cumprir essa função em relação a uma unidade de registro formada por uma única palavra.

Neste artigo, as unidades de registro são os temas que aparecem nas falas da fonte Elza Lopes, representadas na reportagem estudada. Nesse tipo de trabalho, “recorta-se o texto em função desses temas-eixo, agrupando à sua volta tudo o que o locutor exprime a seu respeito” (BARDIN, 2016 [1977], p. 136). Assim, a categorização elaborada também é guiada pelos temas abordados pela fonte. Para Bardin, a análise temática é eficaz para estudar significações manifestas e simples: “Fazer uma análise temática consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (2016 [1977], p. 135). Por conta dessas características, as comunicações de massa são frequentemente estudadas tendo por base o tema tratado nos produtos analisados.

Com base nisso, a análise desenvolvida no presente artigo é articulada a partir das categorias e subcategorias apresentadas abaixo:

Tabela 1 – Categorias e subcategorias de análise

Categorias	Subcategorias
Racismo	Racismo institucional
	Racismo estrutural
Identidade racial negra	Negação/rejeição
	Amenização
	Aceitação

Fonte: Elaborada pelas autoras (2022).

As categorias dizem respeito aos principais temas apresentados nas falas da fonte Elza Lopes enquanto as subcategorias são as nuances desses temas. Elas permitem a reflexão sobre os modos como o racismo se manifesta dentro de instituições e nas relações sociais, atuando inclusive no imaginário social vigente. Além disso, as três últimas subcategorias permitem o desenvolvimento de uma discussão acerca dos modos como a identidade racial de negros é construída socialmente em um país que se autoelegeu livre de racismo, mas que, na prática, segue alimentando esse sistema de dominação.

4 Estudo do *corpus*: análise das falas de Elza Lopes representadas no site *ContilNet Notícias*

Elza Lopes começa a ser ouvida na matéria já na segunda sub-retranca — “Falha coletiva” — falando sobre a criação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Seadpir) da cidade de Rio Branco, em 2013. No texto jornalístico, a fonte explica que, além da criação da Secretaria, foram feitas a campanha “Rio Branco Sem Racismo” (que o texto não explica em que consistiu) e o Disk Racismo (canal para que pessoas fossem orientadas quanto à lida com casos de racismo), mecanismos institucionais de enfrentamento a esse sistema de dominação. Apesar de apresentar tais avanços, a fonte ressaltou sua leitura do cenário rio-branquense quanto às questões raciais:

“Mas como trabalharíamos a questão do racismo se nem os próprios gestores tinham entendimento do que era racismo? Sendo que, por vezes, eles mesmos eram racistas sem saber? Muitas situações de racismo eram praticadas ‘sem que eles percebessem’. Quando a gente perguntava: ‘Você é racista?’, a maioria dizia que não. Esse é o grande problema do racismo no Brasil: as pessoas não admitem que são racistas e nem que o racismo existe”.

Sobre este ponto do trabalho realizado pela secretaria, Elza enfatizou à reportagem que este é o retrato do racismo institucional: quando os negros são privados de cargos e tomadas de decisões em locais de trabalho públicos ou privados.

“Nada mais é do que a falha coletiva das instituições. Quando a instituição pública tem uma falha coletiva que não permite que o cidadão acesse os serviços públicos oferecidos pela atual gestão. Quando uma mulher grávida e negra morre no parto por negligência, ou quando a polícia mata um jovem negro por racismo. Em Rio Branco, já houve muitos registros de casos assim: o Estado praticando racismo sem saber. Esse diagnóstico saiu da própria boca dos gestores que participaram das nossas oficinas”, disse Lopes (CARNEIRO, PARFAN, 2018, online).

Nota-se que, à época da escrita da reportagem, Elza Lopes tinha ciência das dinâmicas do racismo brasileiro. Ao observar que “o grande problema do racismo no Brasil[: é que] as pessoas não admitem que são racistas e nem que o racismo existe” a fonte aponta para uma característica central do racismo brasileiro: a negação da existência desse sistema de dominação em terras brasileiras e o conseqüente silenciamento de denúncias acerca dele (NASCIMENTO, 2003).

Para fins explicativos, o racismo pode ser classificado de diferentes formas. Na reportagem em questão, nota-se um esforço da fonte Elza Lopes em apontar a face

institucional deste sistema de dominação. Conforme explica o advogado Silvio Almeida (2018), a elaboração de conceito de “racismo institucional” trouxe avanços para o estudo das relações raciais ao evidenciar que o racismo está além da esfera de ação individual e por mostrar que as relações raciais são relações de poder de um grupo sobre outros. Isso só é possível porque o primeiro domina o aparato institucional, organizando o funcionamento das instituições por meio de práticas discriminatórias que distribuem privilégios a determinados grupos e desprestígio a outros.

Em termos jornalísticos, a apresentação de exemplos do racismo institucional feita pela fonte também é relevante, pois permite ao leitor

pensar em acontecimentos infelizmente comuns e até mesmo noticiados pelo jornalismo de forma constante e banal. Ao ofertar aos/às leitores/as exemplos bastante conhecidos de acontecimentos sociais informados pelo racismo em sua face institucional, o texto jornalístico ora analisado faz uso das estratégias didáticas que caracterizam esse tipo de conhecimento social (SILVA, 2014), retirando a discussão de um plano conceitual/abstrato e relacionando-a com o cotidiano da cidade (SILVA, 2022, p. 155).

Na sub-retranca “Resgate da juventude negra”, Elza Lopes aponta saídas para a violência que recai sobre jovens negros com idade entre 15 e 29 anos: “O esporte e a cultura recuperam muita gente, existem vários relatos de jovens resgatados da criminalidade. Se existir um olhar mais preciso para isso, com ações envolvendo os bairros de maior vulnerabilidade social, é possível ter um resultado maravilhoso [...]”. (CARNEIRO, PARFAN, 2018, *online*). Assim, a fonte não se limita a diagnosticar a situação de vulnerabilidade produzida pelo racismo, mas propõe ações que, se efetivadas e promovidas pelo Estado, podem impedir que muitos jovens negros sejam impelidos à criminalidade.

Apesar de toda consciência sobre o funcionamento do racismo na vida social apresentada pela fonte nas sub-retrancas iniciais, a sub-retranca “*Aquela preta era eu*” revela que a identidade racial negra de Elza Lopes levou anos até ser construída. O texto diz:

“AQUELA PRETA ERA EU”

Falando sobre a própria trajetória, Elza reconheceu a presença do racismo em suas cinco décadas de vida, inclusive no próprio âmbito de trabalho. “Eu mesma já sofri isso dentro da prefeitura, mas não vou dizer que foi ‘por maldade’ ou coisa do tipo. É culpa da cultura racista na qual crescemos. Negro no Brasil é um elemento suspeito até que se prove o contrário. Essa é uma premissa que não esquecemos nunca”, disse a secretária. (CARNEIRO, PARFAN, 2018, *online*)

Esta parte do texto jornalístico enfoca relatos pessoais acerca das implicações do racismo em diferentes etapas da vida da fonte. Quando diz “Eu mesma já sofri isso dentro da prefeitura, mas não vou dizer que foi ‘por maldade’ ou coisa do tipo. É culpa da cultura racista na qual crescemos”, Elza Lopes ressalta o entendimento de que duas características do racismo enquanto sistema de dominação que afeta negativamente as vidas de pessoas negras.

A primeira é o entendimento de que posturas racistas nem sempre são tomadas propositalmente. No entanto, alegar a falta de intenção de ser racista não é justificativa para desresponsabilizar pessoas e instituições que assumem posturas ou proferem falas racistas, tampouco significa que sem intenção não há racismo. Ao contrário, partir da premissa de que o racismo é estrutural exige que o comprometimento com seu enfrentamento seja incessante, pois há o entendimento de que esse sistema de dominação está em todo lugar e, como tal, deve ser combatido seja na esfera das relações interpessoais, seja nas relações institucionais.

Almeida (2018) explica que dizer que o racismo é estrutural implica em assumir que as instituições materializam o modo de socialização do qual o racismo faz parte de forma orgânica, se retroalimentando. Desse modo, as instituições são racistas porque a sociedade que integram também o é. Entender o racismo como estrutural é admitir que ele constitui a ordem social, não sendo, portanto, criado pelas instituições, mas reproduzido por elas.

Assim, o enfrentamento a práticas racistas dentro das instituições só pode ser implementado com ações efetivamente antirracistas. Neutralidade não combate racismo, tampouco colocar poucas pessoas negras em posições de poder e decisão é suficiente para superá-lo. “Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas” (ALMEIDA, 2018, p. 39).

O conceito de racismo estrutural é útil porque promove a compreensão de que o racismo é de fato um sistema de dominação que organiza a vida em sociedade, evidenciando os impactos que tal sistema tem nas vidas de pessoas negras e brancas, a despeito da negação da existência do racismo no Brasil tão presente no senso comum. Nesse sentido, o segundo ponto do racismo que pode ser percebido no excerto é seu entranhamento na cultura brasileira. Como pontua Lélia Gonzalez (2020 [1983]), o

racismo é a sintomática da neurose da cultura brasileira, estando sempre presente, apesar das inúmeras tentativas de ocultamento por meio do mito da democracia racial.

Ao afirmar que “Negro no Brasil é um elemento suspeito até que se prove o contrário. Essa é uma premissa que não esquecemos nunca”, a fonte Elza Lopes destaca um pensamento do senso comum que pode ser articulado ao conceito de imagens de controle (COLLINS, 2019; BUENO, 2020). Dimensão ideológica do racismo e do sexismo, as imagens de controle justificam o tratamento desigual e violento imposto sistematicamente a pessoas negras.

Ter o negro como “elemento suspeito até que se prove o contrário” é garantir que ele seja submetido a um estado das coisas que o afasta da premissa legalmente ofertada a outros cidadãos. É construir justificativas para que, por exemplo, chacinas possam ser realizadas livremente pela polícia em territórios periféricos e majoritariamente ocupado por pessoas negras. Como observamos anteriormente,

As imagens de controle fazem com que as iniquidades sociorraciais que vigoram socialmente sejam justificadas e construídas como legítimas. Assim, a violência policial contra jovens negros é justificada, uma vez que eles são construídos como ameaça, a negligência médica com mulheres negras grávidas é legitimada, pois elas são lidas como mais fortes e resistentes a dores físicas, a interrupção de programas de redistribuição de renda é amparada, já que famílias negras são vistas como onerosas para o Estado, e assim por diante (SILVA, 2022, p. 160).

As falas posteriores de Elza Lopes demonstram que as violências produzidas pelo racismo não se limitaram ao ambiente profissional:

Além do preconceito enfrentado na vida adulta, Elza relembrou, com outro olhar, a vivência na juventude. No seio familiar, a presença de uma avó que não escondia a rejeição contra negros também marcou muito a formação da servidora pública.

“Em casa, a situação não contribuiu para o entendimento da minha própria negritude. Minha avó, uma mulher nordestina que se dizia branca, falava pra minha mãe: ‘Maria das Neves, não sei como você tem coragem de sair com essas três macacas’. No caso, as macacas eram eu e minhas duas irmãs”, revelou.

“Minha mãe sempre me dizia que eu era moreninha, e eu aceitava isso, não achava que era uma negação da minha identidade. Hoje, minha mãe e eu entendemos o que era aquilo: uma forma de defesa para que não sofrêssemos tanto. Tudo mudou quando eu me descobri negra”, disse a gestora (CARNEIRO, PARFAN, 2018, *online*).

Os trechos acima revelam diferentes modos de lidar com a identidade racial: a negação/rejeição absoluta, a amenização e a aceitação. A filósofa Sueli Carneiro (2011 [2002a]) explica que a identidade racial pode ser tanto construída quanto destruída socialmente. A antropóloga Nilma Lino Gomes (2020 [2006]), por sua vez, argumenta que pessoas negras são comumente apresentadas ao seu próprio corpo a partir de um processo de rejeição. Pelo relato apresentado anteriormente, isso ocorreu com a fonte Elza Lopes no ambiente familiar.

Quando sua avó, mulher autodeclarada branca, refere-se à Elza Lopes e a suas irmãs como *macacas*, observa-se uma estratégia recorrente de casos enquadrados judicialmente como injúria racial. Com esse insulto, o agressor nega de forma contundente a humanidade da vítima, o que, para Adilson Moreira (2019), significa, em última análise, a desqualificação das vítimas enquanto sujeitas de direitos e com possibilidade de atuação social. A reportagem não explicita quantos anos a fonte tinha à época dessa agressão, mas, de todo modo, infere-se que essa violência tenha se dado entre a infância e a adolescência. Compreende-se que o insulto racista vindo de uma pessoa da família possa adquirir peso ainda maior.

Ainda pensando nos diferentes modos de lidar com a identidade racial, nota-se uma amenização da condição racial feita pela mãe da fonte ao chamá-la de “moreninha”. O termo “moreno” e suas variações podem ser compreendidos como forma de negar a identidade racial de uma pessoa negra. No contexto brasileiro, historicamente, mulheres negras consideradas bonitas são classificadas como “mulatas” ou “morenas”, termos que sugerem reconhecê-las como mais próximas à branquura. No entanto, isso tem pouco ou nenhum efeito estrutural, uma vez que os indicadores socioeconômicos apontam para as condições precárias impostas à população autodeclarada parda, evidenciando que, no Brasil, o abismo se estabelece entre brancos e não brancos. Além disso,

[...] os termos “mulata” e morena são constantemente mobilizados por mulheres que não reconhecem sua negritude, mas, ao mesmo tempo, revelam, pela escolha dos referidos termos, ter ciência de que não pertencem ao grupo racial branco. A adoção dos termos pode, então, ser compreendida como uma tentativa de reparar, mesmo que apenas pela palavra, a humanidade negada às pessoas negras (SILVA, 2022, p. 22).

Só na idade adulta Elza Lopes compreendeu que o uso da palavra “moreninha” negava sua identidade racial negra. A fonte se descobriu negra ao participar de um evento que celebrava a existência de Zumbi dos Palmares, símbolo da resistência negra no Brasil:

Sobre a descoberta da própria negritude, Elza relatou que tudo aconteceu durante uma viagem a São Paulo, em um encontro que celebrou os 300 anos de imortalidade do Zumbi dos Palmares: “Fui por acaso, a convite de um amigo. Não imaginava que essa experiência mudaria toda a minha vida. Antes desse encontro, eu não acreditava que o racismo existia, e tudo que eu aprendi ali mudou a minha visão. Voltei para Rio Branco com outro entendimento do que era ser negro. Quando me olhei no espelho, percebi que aquela preta era eu. Era a Elza depois de ter absorvido a importância de lutar contra esse problema” (CARNEIRO, PARFAN, 2018, *online*).

Uma reflexão sobre o uso do verbo “descobrir” é pertinente neste caso. A esse respeito, a jornalista Bianca Santana (2015) elabora com base em suas vivências:

Por que o fato de sermos negras e negros nunca foi falado em minha família? Senti que a ascensão social tinha clareado nossa identidade. Mais tarde percebi que o medo das tantas violências sofridas por pessoas negras do Brasil foi outra razão para o nosso branqueamento. Óbvio que somos negros. Se nossa pele não é tão escura, nossos traços, cabelos, vivências, história revelam o grupo social a que pertencemos. [...]

Eu fui branqueada em casa, na escola e na universidade. Sigo causando espanto ao me afirmar negra no mercado de trabalho. O branqueamento apaga de nossas memórias as conquistas que nós, pessoas negras, temos tido ao longo da história do Brasil. Conquistas individuais e coletivas. Afirmando com alegria que sou negra há mais de dez anos. E agradeço à Educafro por me provocar, e ao professor que na universidade me fez o convite para a reflexão profunda sobre minhas origens (SANTANA, 2015, p. 14-15).

Os relatos de Elza Lopes, na reportagem, e Bianca Santana, no livro *Quando me descobri negra*, se encontram em um ponto: a dificuldade que pessoas negras têm de construir uma identidade racial positiva no contexto brasileiro. Isso ocorre porque a miscigenação, característica do País, é muitas vezes evocada como sinônimo de impossibilidade para definir quem é ou não negro (CARNEIRO, 2002a).

Porém, as representações partilhadas socialmente sobre pessoas negras são as piores possíveis, de modo que amenizar a condição racial de alguém adotando eufemismos como o termo “moreno” adquire ares de cuidado e respeito. Esse parece ser o entendimento de Elza Lopes quando diz “Minha mãe sempre me dizia que eu era moreninha, e eu aceitava isso, não achava que era uma negação da minha identidade.

Hoje, minha mãe e eu entendemos o que era aquilo: uma forma de defesa para que não sofrêssemos tanto” (CARNEIRO, PARFAN, 2018, *online*).

Tanto Bianca Santana quanto Elza Lopes se descobriram negras. E essa descoberta não se deu de modo individual, solitário, mas foi provocada pelo diálogo com outras pessoas negras que já tinham certo nível de consciência racial. Como pontua Sueli Carneiro (2011 [2002a]), a identidade étnica e racial é construída ou destruída historicamente e, no contexto brasileiro, a lógica operante incentiva a fuga a qualquer associação à negritude. Nos termos da filósofa,

Temos sido ensinados a usar a miscigenação ou a mestiçagem como carta de alforria do estigma da negritude: um tom de pele mais claro, cabelos mais lisos ou um par de olhos verdes herdados de um ancestral europeu são suficientes para fazer alguém que descenda de negros se sentir pardo ou branco, ou ser “promovido” socialmente a essas categorias. E o acordo tácito é que todos façam de conta que acreditam (CARNEIRO, 2011 [2002a]), p. 53).

Com base no texto jornalístico estudado, pode-se dizer que em casa Elza Lopes teve a experiência de destruição dessa identidade e, ao apropriar-se dos debates em um contexto mais politizado, deu início à construção de sua negritude, compreendendo, inclusive, o enfrentamento ao racismo como uma necessidade. Portanto, a negritude não é um dado biológico. Como explica o antropólogo Kabengele Munanga (2009 [1988]), para recuperar uma identidade negra é necessário aceitar as características físicas, assim como estimar os atributos mentais, intelectuais, culturais e psicológicos. A identidade negra não nasce da simples percepção da diferença das cores das peles ou demais traços visíveis.

Somente adulta, Elza Lopes conseguiu chegar ao terceiro modo de lidar com sua identidade racial: a aceitação. A psicanalista Neusa Souza (2019 [1983]) explica que em uma sociedade ideologicamente branca como a brasileira as pessoas negras são submetidas ao “mito negro” (SOUZA, 2019 [1983], p. 33). O mito negro constrói uma diferença que impossibilita qualquer proximidade entre o negro e o branco. O branco ocupa o lugar de referência e o negro se enxerga como um sujeito faltante, oposto ao branco.

Diante de constantes reforços do mito negro, saber-se negro no Brasil não é questão óbvia, nem pacífica. A autora observa que “ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro” (SOUZA, 2019 [1983], p. 88), pois

somente os traços negróides e a pele negra, bem como partilhar das histórias de desenraizamento, escravização e discriminação racial não são suficientes para organizar uma identidade negra no Brasil. Em sua visão,

Ser negro é, além disto, tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração (SOUZA, 2019 [1983], p. 88).

Nessa direção, o contato de Elza Lopes com outras pessoas negras já conscientes tanto de sua negritude quanto da urgência de elaborar estratégias para o enfrentamento ao racismo foi fundamental para o processo da fonte de descobrir-se e tornar-se negra. Carneiro (2011 [2002b]) aponta que negros que celebram a mestiçagem ou a morenidade têm aceitação garantida, pois esse é o discurso ensinado pelos brancos, que se beneficiam de seus efeitos.

Porém, ainda em 2002, a autora observava que isso estava mudando. Vinte anos após a escrita do texto, em entrevista no *podcast Mano a Mano*, Sueli Carneiro afirmou que, em sua análise, o contexto atual mostra ainda mais essas mudanças, uma vez que a população negra tem vivido um momento de despertar para as questões raciais. Esse despertar tem um preço que segundo a intelectual é uma resposta supremacista branca.

5 Considerações finais

A reportagem “*No Acre, onde mais de 70% da população é negra, reconhecer – e abraçar – a própria negritude tornou-se ato de resistência*” apresenta aos leitores uma discussão qualificada sobre o racismo enquanto sistema de dominação que tem implicações institucionais, estruturais e interpessoais. A trajetória da fonte Elza Lopes, narrada no texto jornalístico, demonstra explicitamente que o racismo se faz presente na vida familiar e profissional, retardando, inclusive, o processo de autorreconhecimento racial da fonte.

A partir de um evento factual, uma palestra da filósofa Djamila Ribeiro na Universidade Federal do Acre, os autores do texto conseguem ampliar a discussão sobre os efeitos do racismo. A matéria chama pelo nome e isso já é algo positivo, uma vez que,

como aponta Moraes (2019), quando utiliza eufemismos para se referir a problemas sociais, o jornalismo colabora com uma visibilidade que suaviza os impactos dos sistemas de dominação sobre os grupos subordinados, podendo potencializar a alienação do público quanto à dimensão do problema.

Referências

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016 [1977].

BUENO, Winnie. **Imagens de controle: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins**. Porto Alegre: Zouk, 2020.

CARNEIRO, Astorige; PARFAN, Márcia. No Acre, onde mais de 70% da população é negra, reconhecer — e abraçar — a própria negritude tornou-se ato de resistência. *In: ContilNet Notícias*, Rio Branco, 27 nov. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/34SciFK>. Acesso em: 02 dez. 2021.

CARNEIRO, Sueli. A dor da cor. *In: CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011 [2002a]. p. 52-53.

CARNEIRO, Sueli. Negros de pele clara. *In: CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011 [2002b]. p. 59-62.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. 1. ed. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 135-177.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. 3. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020 [2006].

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In: GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020 [1983]. p. 75-93.

MANO A MANO: Mano Brown recebe Sueli Carneiro. Entrevistada: Sueli Carneiro. Entrevistadores: Mano Brown e Semayat Oliveira. 26 mai. 2022. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2eTloWb3Nrjmog0RkUnCPr>. Acesso em 30 jul. 2022.

MORAES, Fabiana. Ativismo, isenção e subjetividade: sobre um jornalismo que ainda não ousa dizer os nomes. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO*, 17., 2019, Goiânia. **Anais eletrônicos [...]**. Goiânia: Associação

Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, 2019, p. 01-15. Disponível em:
<http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2019/paper/viewFile/1988/1228>.
Acesso em: 29 set. 2021.

MORAES, Fabiana; SILVA, Marcia Veiga da. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (COMPÓS), 28., 2019, Porto Alegre. **Anais eletrônicos [...]**. Porto Alegre: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2019, p. 01-21. Disponível em: <https://bit.ly/3eV09lk>. Acesso em: 28 set. 2021.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Pólen, 2019. Documento disponível para Kindle.

MUNANGA, Kabengele. **Negritudes: usos e sentidos**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SANTANA, Bianca. **Quando me descobri negra**. São Paulo: SESI-SP editora, 2015.

SILVA, Jaine Araújo da. “**Aquela preta era eu**”: Representações sobre mulheres negras em matérias dos sites ContilNet Notícias e G1 Acre. Brasil. 2022. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2022.

SILVA, Marcia Veiga da. **Masculino**, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2014.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. LeBooks: 2019 [1983].